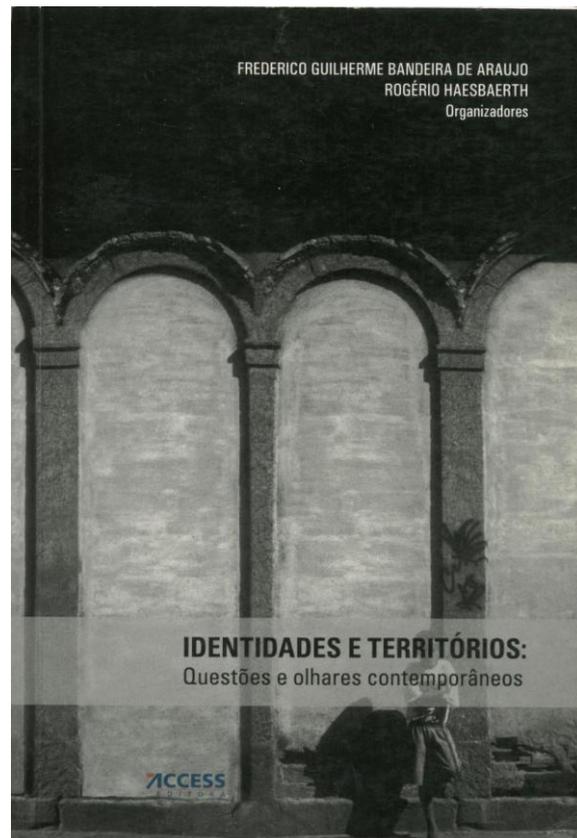


RESENHA

ARAUJO, F.G.B de; HAESBAERT, R. (Orgs). *Identities e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acess, 2007, 136 p.



Clarinda Aparecida da Silva

Doutoranda do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais-UFG/Professora da Coordenação de Turismo e Hospitalidade do Instituto Federal de Educação Tecnológica de Goiás – clarindas@uol.com.br

As reflexões sobre identidades e território, organizadas por Haesbaert e Araújo é introduzida apontando a multiplicidade semântica com que os termos identidade e território são tratados na literatura que discute esses temas. Isto recai sobre o fato de que os processos sociais contemporâneos colocam em questão as referências espaço-temporais das configurações identitárias e territoriais da modernidade. Assim, Posturas epistemológicas divergentes têm especificado de modo distinto o caráter conceitual desses dois termos. Na contemporaneidade, as idéias de Estado-Nação e concomitantemente de território nacional, de classe e de individuo, matrizes identitária do mundo moderno, se redefinem ou perdem parte dos papéis que antes exerciam. Somada a estas questões a concepção de território, antes moldada pela fixidez e por



relações definidas e estáveis com grupos identitários ou instâncias de poder, se redefinem.

Os cinco capítulos que compõem essa coletânea, exceto o capítulo V, têm origem na Sessão Coordenada “identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos”, realizada durante o XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR – realizada em Salvador em maio de 2005.

O capítulo I “‘Identidade’ e ‘Território’ enquanto simulacros discursivos”, de Frederico Guilherme Bandeira de Araújo, aborda posturas e formulações sobre o que é tratado pelo senso comum como identidade e território. Segundo o autor a modernidade nascente dá origem à constituição de três identidades básicas: as do indivíduo, classe e nação, as quais, na contemporaneidade, encontram-se, em crise. Na modernidade originária o indivíduo é um sujeito unificado e dotado das capacidades de consciência crítica, de imaginação utópica e de ação. No contexto social hegemônico contemporâneo verifica-se a constituição do indivíduo-indivíduo e o enfraquecimento ou ruptura de vínculos identitários antes fundamentais. Emergem fortes fundamentalismos nacionalistas associados a uma referencia territorial distinta e surgem “agrupamentos identitários que escapam ao domínio imediato da relação Capital/Trabalho e da esfera da nação: os relativos ao gênero, à opção sexual, ao biótipo, etc.” (p.14).

Refletindo epistemologicamente a respeito dos termos identidade, território e suas relações, o autor, tendo como referencial a fundamentação advinda da chamada “virada lingüística”, assevera que a linguagem apropria-se do mundo em qualquer de suas dimensões - material ideológico e axiológico – instituindo designações e atributos que podem ser considerados como constituintes de um signo. Nessa direção, ele enfatiza os conceitos de diferença, de Derrida (1968, 1995, 2004), o de posição de sujeito, de Foucault (1992) e o de simulacro baseado em Deleuze (1974).

Tomando como base as reflexões anteriores, Araújo designa a identidade e o território enquanto simulacros discursivos. Entendidos desta forma, identidade e território devem ser pensados como uma construção indissociável que constitui, por sua vez, um signo composto em sua totalidade de: significante, significado e sentido.



No capítulo II, intitulado “identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades)”, Rogério Haesbaert, traz à tona o debate contemporâneo das identidades a partir da sua dimensão espacial - o território.

Segundo Haesbaert, alguns autores reduzem a territorialidade à “dimensão simbólico-cultural do território”. Todavia, ele é um *continuum* que se estende da dominação político-econômica - funcional e concreta - aos aspectos simbólicos e culturais, ligado às dinâmicas efetivas de apropriação. Essa idéia de apropriação e de domínio está vinculada à visão de Lefebvre (1986). No que diz respeito à construção da identidade, trata-se de um processo em curso. A identidade, devido ao seu caráter simbólico, é sempre múltipla e sujeita as diversas reconstruções. Toda identidade territorial é uma identidade social, uma vez que o referente simbólico para a construção dessa identidade parte do ou perpassa o território.

O autor destaca que, na atualidade a mobilidade crescente e a complexidade das relações espaço-tempo levam à constituição de múltiplas e complexas territorialidades e “faz com que a identidade seja construída, também, de forma crescente no e com o movimento” (p.46). Na concepção de Haesbaert, as identidades migrantes são vistas equivocadamente, por determinados autores como Mitchell (2000) e Canclini (1997), como processos identitários “desterritorializados”. Entretanto, os fluxos migratórios por mais que representem uma (des)territorialização, recriam territorialidades múltiplas ou híbridas onde as pessoas se reconhecem e desenvolvem vínculos identitários no território de destino do migrante. Desta forma, o aumento das migrações tanto pode levar a uma proliferação de micro-espacos de identidade, segregados/segregadores, como proporcionar um entrecruzamento de traços culturais que produzem espacos efetivamente híbridos. Ou ainda, “produzir um amálgama em que convivem e se articulam estas duas formas de territorialidade” (p. 49).

As identidades, ressalta Haesbaert, no dizer de Isin e Wood (1999) não são formadas apenas por grupos em busca de reconhecimento, mas também por aqueles que estão buscando dominação. Em decorrência, ao lado de um hibridismo crescente de identidades e territórios, grupos fundamentalistas procuram assegurar o domínio de seus pressupostos identitários por meio da reclusão em espacos/territórios cada vez mais exclusivos.



O Capítulo III “Espaço dos pobres. Identidade social e territorialidade na modernidade tardia”, de Eber Pires Marzulo, aborda a questão da identidade social no espaço dos pobres na modernidade tardia, tendo como foco a favela do Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro. Além dessa favela, o autor investigou também, na França, grandes conjuntos habitacionais denominados *cités* e estabelece uma comparação entre os dois espaços/territórios. “São as *cités* que aparecem na representação social francesa como espaço dos pobres e, tal como as favelas no Brasil, responsável pelas condições socioeconômicas de seus moradores” (p. 62).

A análise recai na família como sujeito que articula dimensões como trabalho, espaço, enraizamento socioeconômico e sentimentos de pertencimento. O autor parte da formação de uma suposta identidade social construída pela representação social do favelado. As informações coletadas foram tratadas como pertencentes a redes de familiares. O foco da pesquisa foram as famílias moradoras mais antigas e pertencentes a 1ª e 3ª geração de informantes. Isto permitiu averiguar a questão identitária ligada às dinâmicas de segregação espacial nas duas metrópoles.

Marzulo deixa claro que, embora os movimentos das dinâmicas constituidoras desses espaços em territorialidades assumem contornos distintos, em termos esquemáticos constata-se a existência de aspectos comuns demonstrando que a incidência e efeitos do processo histórico característico da modernidade tardia sobre os territórios da favela e da *cités* se assemelham.

No capítulo IV - Festa e Identidade: a busca da diferença para o mercado de cidade”, Amélia Cristina Alves Bezerra aponta que, com a festa - significativa no contexto da cultura brasileira - são (re) atualizadas e celebradas as experiências sociais. A festa apresenta características simbólicas e materiais, as quais produzem, (re)elaboram identidades. Nesse contexto, festa e identidade são elementos importantes para pensar a cidade, tema do presente artigo, que tem como objetivo entender o papel da festa no processo de reafirmação das identidades locais e de espetacularização da diferença, tendo como objeto de estudo a cidade de Mossoró.

Subidiada em Cardim (2001) Del Priore (2000), Fernandes (2001), Lefebvre (1991), dentre outros autores, Bezerra discute, inicialmente, o papel da festa no modo de vida dos grupos humanos e, sobretudo, no processo de produção de uma identidade territorial urbana. A partir das interpretações abordadas, ela afirma que é possível falar



que, na contemporaneidade, a festa sofre um processo de (re) invenção. Esse processo pode ser verificado em várias cidades brasileiras, nas quais, geralmente, a festa é tomada como um meio de “renovação” da própria cidade. “Na medida em que tenta recriar a cidade, a festa é (re)inventada, transformando-se muitas vezes em grandes espetáculos” (p.78).

Recorrendo às reflexões de Debord (1997) e Harvey (2000), a autora acrescenta que essa espetacularização é decorrente do momento histórico da dinâmica capitalista em que o uso da imagem e a intensificação do consumo assumem um papel central nas práticas culturais, incorporando novos padrões de vida com tendência a homogeneidade. Com isso, as políticas públicas urbanas procuram produzir uma imagem singular e ressaltar as identidades da cidade. Todavia, a estratégia adotada pelos administradores e planejadores das cidades é, geralmente, a construção de simulacros.

No caso de Mossoró, segundo Bezerra, as festas vêm sendo apropriadas, algumas (re) inventadas, espetacularizadas e agregadas como elemento diferenciador desta cidade em relação a outras. O cenário festivo de Mossoró revela a influência que a indústria cultural exerce sobre as pessoas, pois há uma aceitação e uma identificação, de uma camada da população, com os rituais festivos organizados pela elite, destaca a autora.

No capítulo V, “Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia” de Valter do Carmo Cruz, destaca que a Amazônia nas últimas décadas vem sofrendo intenso processo de reestruturação sócio-espacial e reordenamento histórico-cultural, decorrente da chamada “modernização da Amazônia”. Sob esse prisma as “comunidades tradicionais” com seus modos de vida baseado na apropriação coletiva e familiar da terra e dos recursos naturais, era um obstáculo ao desenvolvimento e à modernização capitalista. Todavia, no final da década de 1980 emerge, por meio dos movimentos sociais, a luta pela afirmação material e simbólica dos modos de vida, das territorialidades e das identidades das populações tradicionais. Criam-se inúmeras redes e alianças com a cooperação internacional via ONGs.

Isto posto, o autor, com base nas reflexões de Hall (2004) e Castells (1993), estabelece um itinerário teórico para pensar o conceito de identidade. Ele toma como princípio, que a identidade é uma construção histórica dos significados socioculturais



que norteiam a diferença e a identificação do indivíduo no grupo. No que se refere às identidades territoriais, adota a proposição de Haesbaert (1999) de que as elas são construídas a partir de uma relação material e simbólica do conjunto de pessoas com o território. Nessa linha de pensamento, Cruz, subsidiado em Lefebvre (1986), entende que a construção de uma identidade territorial pressupõe dois elementos fundamentais: o espaço de referência identitária, no qual experiências socioculturais acontecem e as identidades são territorializadas e a consciência socioespacial de pertencimento.

Colocada as reflexões a respeito dos conceitos e da relação identidade e território, o autor traz a discussão para as novas representações sobre a Amazônia e a questão identitária. O contexto emergente é o do discurso do “desenvolvimento sustentável” no plano das políticas públicas a nível global. A cultura das populações tradicionais experimenta, agora, uma (re)valorização baseadas em dois movimentos: o ecologismo romântico, para o qual essas populações são a redenção para a sociedade consumista e insustentável. Outro movimento é a valorização das culturas pelas próprias populações tradicionais que se organizam, ganham visibilidade e constituem sujeitos políticos na luta pelo território e por seus direitos a partir de suas territorialidades. Constata-se, no decorrer da discussão, que a construção da identidade é marcada por ambivalência, contradições, relações de poder e também pelo jogo das escalas de pertencimento com espaço vivido e percebido e ou concebido.

Cumprido destacar a relevância deste livro no contexto dos estudos geográficos, principalmente considerando que ainda existe uma lacuna de pesquisas que tratam da questão da identidade e do território no âmbito da Geografia, especialmente, no tocante a abordagem cultural desta ciência. A referida obra dá ênfase tanto a uma discussão epistemológica quanto aos processos de construção das identidades e territorialidades em múltiplas expressões e diferentes espaços. Com isso, ela oferece subsídios para aqueles que desejam entender a questão da identidade e do território na contemporaneidade.

Recebido para publicação em fevereiro de 2009

Aprovado para publicação em março de 2009